

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS DIANTE DE DANOS CAUSADOS AOS FILHOS MENORES POR ABANDONO AFETIVO EM CASOS DE DIVÓRCIO

Laila Cristina de Araújo Pires¹

Rodrigo Miranda Pereira²

RESUMO

O tema do presente trabalho trata sobre abandono afetivo a fim de responsabilizar civilmente os pais diante dos danos causados aos filhos menores por abandono afetivo em casos de divórcio, partindo das transformações ocorridas no Direito de Família, e em observância das leis pertinentes ao tema, em especial as garantias fundamentais. Neste intento a questão problema que orienta a pesquisa é a seguinte: de que forma o judiciário tem agido para que o ato reprovável de abandono seja contido? Sendo assim o objetivo central é compreender a forma de como o judiciário tem agido para que o ato reprovável de abandono seja contido. O presente trabalho se justifica no fato de que a família passou por uma verdadeira transição paradigmática que lhe ocasionou mudanças estruturais e funcionais, resultado dos influxos da sociedade na qual está inserida. Nesse transcurso, o afeto assumiu posição cada vez mais central nos relacionamentos familiares a ponto de se tornar o principal elemento identificador da entidade familiar na contemporaneidade. Portanto, se a sociedade se ergue diante desta conjuntura, procurando o judiciário para proteger a dignidade da criança, cabe a ele cumprir seu papel de equilibrador das relações sociais, sem deixar que alegações sentimentais lhe tirem a função principal de aplicar as normas aos fatos sociais da vida diária. Como técnica de pesquisa utilizou-se a bibliográfica. Conclui-se que o judiciário tem agido de maneira favorável, a reparação do dano causado por abandono afetivo, diante das leis pertinentes às decisões judiciais e com isso tem solucionado a omissão do genitor em cumprir seus encargos afetivos.

PALAVRAS-CHAVE: abandono afetivo; responsabilidade civil; pais; divórcio; filhos.

ABSTRACT

The theme of the present work is about affective abandonment in order to make civil parents responsible for the damages caused to minor children due to affective abandonment in cases of divorce, based on the transformations occurring in Family Law, and in compliance with the laws pertinent to the subject, in particular the fundamental guarantees. In this attempt the problem question that guides the research is the following: in what way has the judiciary acted for the reprehensible act of abandonment to be contained? Thus the central objective is to understand how the judiciary has acted so that the reprehensible act of abandonment is contained. The present work is justified by the fact that the family has undergone a true paradigmatic transition that has brought about structural and functional changes resulting from the influences of the society in which it is inserted. In this process, affection assumed an increasingly central position in family relationships to the point of becoming the main identifying element of the familiar entity in the contemporaneity. Therefore, if society stands up to this situation, looking for the judiciary to protect the

¹ Graduada em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale).

² Mestre em Deontologia e Odontologia Legal - USP e Especialização em Odontologia Legal pela UFRJ. Graduado em Direito pela Fadivale e Odontologia pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Professor de Medicina Legal e Direito da Fadivale e membro do Colegiado do curso de Direito da Fadivale.

dignity of the child, it is up to it to fulfill its role as a balancer of social relations, without letting sentimental claims take the main function of applying norms to social facts of daily life. The literature was used as a research technique. It is concluded that the judiciary has acted in a favorable way, repairing the damage caused by affective abandonment, before the relevant laws the judicial decisions and with this has solved the omission of the parent in fulfilling their affective duties.

KEYWORDS: affective abandonment; civil responsibility; parents; divorce; children.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 O DIREITO À REPARAÇÃO PELO DANO EXTRAPATRIMONIAL. 3 AS HIPÓTESES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS POR ABANDONO AFETIVO. 4 OS INÚMEROS TRANSTORNOS FÍSICOS E PSÍQUICOS CAUSADOS A MENORES VÍTIMAS DE ABANDONO AFETIVO PELOS PAIS. 5 O POSICIONAMENTO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, REFERENTE À QUESTÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO DE MENORES. 6 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho contempla o tema abandono afetivo, especificamente a responsabilidade civil dos pais diante de danos causados aos filhos menores por abandono afetivo em casos de divórcio.

A pertinência do tema visa como atualmente o judiciário brasileiro vem recebendo ações onde se discutem a responsabilidade civil dos pais que abandonam afetivamente seus filhos menores em virtude do divórcio, o dano causado aos menores, vítimas de tal ato de abandono, é considerado irreparável, apreciando os numerosos efeitos negativos a sua vida social e moral. Tendo como ponto de vista a responsabilidade civil e a reparação do dano.

Nesse contexto, a questão problema que orienta a pesquisa é a seguinte: de que forma o judiciário tem agido para que o ato reprovável de abandono seja contido?

Dessa forma, o estudo trabalha com hipóteses de que existem medidas para o tema em foco que são eficazes, frente à questão o judiciário vem constantemente recebendo ações onde se discutem a responsabilidade dos pais que abandonam afetivamente seus filhos menores. Esse tema acarretou assuntos discutíveis e ainda não existe um posicionamento pacífico pela doutrina, assim os tribunais e juízes acolhem o assunto em questão com insegurança. A questão da indenização por

abandono afetivo é polêmica e dividem opiniões, é bastante delicada e os julgadores carecem ter cuidado para avaliar o caso concreto.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é analisar de que forma o judiciário tem agido para que o ato reprovável de abandono seja contido. Especificamente, pretende-se reconhecer as hipóteses de indenização por danos causados por abandono afetivo de modo geral, bem como o posicionamento do judiciário brasileiro, referente à questão da responsabilidade civil por abandono afetivo de menores por motivos de divórcio, e os inúmeros transtornos físicos e psíquicos causados a menores vítimas de abandono afetivo pelos pais.

Com o procedimento metodológico, utilizou-se levantamento bibliográfico sobre a responsabilidade civil por abandono afetivo, buscando em livros e em fonte secundárias, como, a internet, que possa abordar e esclarecer a problemática do projeto de pesquisa.

O texto está dividido em seis partes, além desta introdução. O capítulo dois descreve sobre o direito à reparação pelo dano extrapatrimonial. O terceiro capítulo expõe sobre as hipóteses de indenização por danos causados por abandono afetivo. O quarto capítulo analisaremos os inúmeros transtornos físicos e psíquicos causados a menores vítimas de abandono afetivo pelos pais. No quinto, o posicionamento do judiciário brasileiro, referente à questão da responsabilidade civil por abandono afetivo de menores. Finalmente, a conclusão é feita no capítulo seis.

2 O DIREITO À REPARAÇÃO PELO DANO EXTRAPATRIMONIAL

A responsabilidade civil no direito de família, em especial na relação entre pais e filhos, é tema que vem ganhando força nos últimos anos, e sendo alvo frequente de debates e discussões pela doutrina e jurisprudência por ser de grande interesse social. Para dar luz ao conceito de família bem como seu modelo atual e os princípios constitucionais norteadores desse direito.

Nesse sentido, Dias (2016, p. 138):

o conceito atual de família é centrado no afeto como elemento agregador, e exige dos pais o dever de criar e educar os filhos sem lhes omitir o carinho necessário para a formação plena de sua personalidade. O princípio da proteção integral impõe que sejam colocados a salvo de toda forma de negligência. Mas direitos de uns significa obrigações de outros. São

responsáveis a dar efetividade a esse leque de garantias: a família, a sociedade e o Estado. Ao regulamentar a norma constitucional, o ECA identifica como direito fundamental de crianças e adolescentes o seu desenvolvimento sadio e harmonioso (ECA 7.º). Igualmente lhes garante o direito a serem criados e educados no seio de sua família (ECA 19).

A autora entende que o principal papel da família é de suporte emocional do indivíduo, em que há flexibilidade e, indubitavelmente, mais intensidade no que diz respeito a laços afetivos.

Como bem conceitua Dias (2016, p. 138):

a falta de convívio dos pais com os filhos, em face do rompimento do elo de afetividade, pode gerar severas sequelas psicológicas e comprometer o seu desenvolvimento saudável. A omissão do genitor em cumprir os encargos decorrentes do poder familiar, deixando de atender ao dever de ter o filho em sua companhia, produz danos emocionais merecedores de reparação.

Os princípios constitucionais que norteiam o direito de família, ou seja, que conduz o intérprete em consonância com os valores e interesses por eles obrigados.

Assim, ressalta Dias (2016, p. 45-46):

existem princípios gerais que se aplicam a todos os ramos do direito, assim o princípio da dignidade, da igualdade, da liberdade, bem como os princípios da proibição de retrocesso social e da proteção integral a crianças e adolescentes. Seja em que situações se apresentem, sempre são prevalentes. Os princípios constitucionais representam o fio condutor da hermenêutica jurídica, dirigindo o trabalho do intérprete em consonância com os valores e interesses por eles abrigados. Há princípios especiais próprios das relações familiares. É no direito das famílias onde mais se sente o reflexo dos princípios que a Constituição Federal consagra como valores sociais fundamentais, 45/1250 os quais não podem se distanciar da atual concepção da família, que tem sua feição desdobrada em múltiplas facetas. Devem servir de norte na hora de apreciar qualquer relação que envolva questões de família os princípios da solidariedade e da afetividade. Daí a necessidade de revisitar os institutos de direito das famílias, adequando suas estruturas e conteúdo à legislação constitucional, funcionalizando-os para que se prestem à afirmação dos valores mais significativos da ordem jurídica.

Este princípio está ligado à semelhança com os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente. Pois, detém além dos aspectos de garantias “gerais”, isto é, os mesmos a que os adultos fazem jus, têm direitos fundamentais especiais, os quais lhes são especialmente dirigidos para garantir tais direitos significa atender aos interesses da criança e do adolescente.

Sendo no art. 227 da Constituição Federal de 1988, que contém a síntese dos direitos fundamentais dos menores:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2018a, p. 62).

Segundo o artigo 4º caput e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 2018c, p. 949).

O papel da responsabilidade civil é essencialmente indenizatória (ressarcitória ou reparadora). Assim, serve para garantir o direito do lesado à segurança e serve também como sanção civil, de natureza compensatória, mediante a reparação do dano causado à vítima, punindo o lesante e desestimulando a prática de atos lesivos.

Como bem ressalta Dias (2016, p. 139): “A reparabilidade do dano encontra respaldo legal (CC 952 parágrafo único), uma vez que atinge o sentimento de estima frente determinado bem.”

Vejamos o conceito dado por Gagliano (2017, p. 882) no que diz respeito ao dano: “lesão a um interesse jurídico tutelado — patrimonial ou não —, causado por ação ou omissão do sujeito infrator.”

Em suma a criança e o adolescente são sujeitos de uma proteção especial, devido ao seu estado de maior vulnerabilidade, aos direitos da personalidade, compreendidos em todas as suas dimensões, estejam ligados aos aspectos de seu desenvolvimento moral, físico e social, resultando daí a tutela à sua integridade física, psíquica e moral, no âmbito da qual se insere também, entre outros instrumentos, o direito à reparação pelo dano extrapatrimonial decorrente da omissão do sujeito infrator, que é representado pelo genitor ausente.

3 AS HIPÓTESES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS POR ABANDONO AFETIVO

O que diz respeito à responsabilidade civil por abandono afetivo é possível ser definido, como a omissão do genitor em cumprir os encargos afetivos decorrentes do poder familiar, que geram danos emocionais merecedores de reparação.

Com o divórcio, é a hora de definir a guarda do filho, uma situação delicada para os pais e, principalmente para a criança, em que muitas vezes não consegue lidar com a falta da genitora ou a presença paterna, assim desencadeia diversas fragilidades decorrentes a decisão da separação, que de certa forma o filho não esperava que fosse acontecer muitas vezes o divórcio que nem sempre é consensual, podendo ser também litigiosa, o filho já sofre com a ausência de um dos genitores, que por não terem afinidade mais com sua companheira deixa o lar onde reside, e mediante a decisão de que forma será o divórcio podem-se haver desentendimentos que acaba afetando o filho.

Após a decisão e ser finalmente averbada a separação, a guarda é definida e infelizmente a presença de um dos pais não poderá ser suprida todos os dias, decorrente disso por mais que tente ser presente não conseguirá e alguns dos casos, essa ausência não será suprida e a afastabilidade e a falta de afeto será constante ao filho.

As hipóteses que deparei, e que se pode em tese ser usadas para que sejam indenizados os filhos, pelos danos causados pelo abandono afetivo, são:

O princípio da solidariedade social ou familiar, previsto no art. 3º, inc. I, da Constituição Federal, de figura direta a uma analogia particular, ou seja, em força nivelada. Como explica Rodrigo da Cunha Pereira, precursor da tese que admite tal indenização:

o exercício da paternidade e da maternidade – e, por conseguinte, do estado de filiação – é um bem indisponível para o Direito de Família, cuja ausência propositada tem repercussões e consequências psíquicas sérias, diante das quais a ordem legal/constitucional deve amparo, inclusive, com imposição de sanções, sob pena de termos um Direito acéfalo e inexigível. (PEREIRA, 2015, p. 401).

O jurista também se posiciona a respeito de como pode ser reparado os danos decorrentes do abandono na dignidade da pessoa humana, eis que:

o Direito de Família somente estará em consonância com a dignidade da pessoa humana se determinadas relações familiares, como o vínculo entre pais e filhos, não forem permeados de cuidado e de responsabilidade, independentemente da relação entre os pais, se forem casados, se o filho nascer de uma relação extraconjugal, ou mesmo se não houver conjugalidade entre os pais, se ele foi planejado ou não. [...] “Em outras palavras, afronta o princípio da dignidade humana o pai ou a mãe que abandona seu filho, isto é, deixa voluntariamente de conviver com ele” (PEREIRA, 2015, p. 406).

De acordo com autor, nesse seu escrito atualizado, além da presença de danos morais, pode-se cogitar uma indenização suplementar, pela presença da perda da chance de convivência com o pai.

“Deixar o filho em abandono”, previsto no art. 1.638, inc. II, do Código Civil, (BRASIL, 2018b, p. 221), pode-se observar que abandono não envolve apenas à condenação por crime de abandono, que pode, em razão das peripécias do processo penal, não ocorrer. Aqui se perde o poder familiar quando a condição do filho for de abandono, não lhe sendo prestado o necessário cuidado, não importando a condição financeira.

Sendo assim exponho a frase que vem repercutindo no meio jurídico é social “amar é faculdade, cuidar é dever”, amar é aptidão natural um dom que deve ser

exercido de maneira extremamente intensa em relação entre pais e filhos, já o cuidar é obrigação direta e de forma sem dúvidas garantidora de exercer o dever de capacitar o filho a em ter um posicionamento digno e respeitado pela sociedade.

4 OS INÚMEROS TRANSTORNOS FÍSICOS E PSÍQUICOS CAUSADOS A MENORES VÍTIMAS DE ABANDONO AFETIVO PELOS PAIS

Quando um bebê nasce, ele não sabe diferenciar quem é ele, quem é a mãe, quem é o pai, para ele todos são apenas um.

Em volta dos meses de vida até completar um ano, o bebê começa perceber que ele é um e a mãe é outra, e ao fazer essa separação, o genitor “pai” é o primeiro que o bebê identifica como inteiro, o bebê estabelece esse processo de distingui-lo da genitora “mãe” e encontrar essa terceira pessoa que é a figura paterna, esse homem o pai e também cuidador deve ser o provedor de sua família ou da relação com o bebê desde o começo, se relacionando no convívio junto a ele, pois assim, permanecerá equiparado ao lado da mãe para oferecer o apoio essencial à mesma e ao bebê.

Até então a criança é totalmente dependente, então, ao perceber que tem a mãe suprir suas necessidades, ela inicia-se o seu desenvolvimento e começa a ter certeza que pode depositar na genitora sua confiança e determinar cada vez mais da sua mãe, na medida em que ela alcance, e estabeleça o processo de confiança entre mãe e bebê.

A partir dessa confiança estabelecida, os pais vão passando seus valores e princípios à criança e com o tempo a criança entende que aquilo faz parte dela também.

Ao inverso quando essa confiança não é estabelecida e nem sempre todo esse cronograma apontado é seguido de maneira correta, gera os transtornos físicos e psíquicos causados a menores vítimas de abandono afetivos pelos pais.

Mediante esses transtornos irei expor o que isso causa na criança que está formando seu psiquismo e conceitos morais.

A questão do abandono afetivo tem gerado debates legais em tribunais. Segundo o artigo 19 caput do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 2018c, p. 951).

A pensão alimentícia é o início, sendo assim não termina as responsabilidades de pai ou mãe, o convívio e presença afetiva são deveres de ambos os pais, independente da distância.

Assim significa, que além da obrigação de manter a guarda, os pais têm também o dever de ter o filho em sua companhia, desempenhando a função familiar mais importante para a formação da personalidade da criança o afeto.

A influência da família no desenvolvimento do psiquismo infantil é extremamente importante, as vivências da primeira infância são decisivas para o desenvolvimento do psiquismo, o convívio familiar e as relações entre pais e filhos são de extrema seriedade para o desenvolvimento da personalidade da criança, é ali que a criança conhecerá os afetos que posteriormente serão reproduzidos em suas relações com o mundo externo, dentro da sociedade.

Deste modo, as imagens dos genitores e a afinidade constituída com estes são essenciais para o prosseguimento psíquico da criança e para a qualidade das relações estabelecidas posteriormente.

O sofrimento da criança abandonada pode ocasionar deficiências no seu desempenho mental, físico e social para o resto da vida, a criança pode se recolher em um mundo só dela, no qual após sofrer tanta falta de afeto não saber transmitir para o próximo. Com isso apresentar problemas escolares, como se afastar do convívio de colegas, depressão, ao ponto de se isolar completamente de todos ao seu redor e ter que fazer um tratamento psicológico, tristeza, por sofrer em não ter a presença de quem seria uma base para o seu desenvolvimento para o mundo, baixa autoestima, não se achar capaz de fazer algo, ser alguém ou se achar inferior a todos, além de problemas de saúde, como doenças emocionais que deixam marcas no corpo trazendo constrangimento a menores, em que pais são omissos de cuidados que cabe a eles o dever de executar.

Aproveitar para ressaltar que, na ausência de pai e mãe biológicos, é de extrema importância para a criança que haja alguém como tios, avós, padrinhos, que possa exercer esse cargo de figura tranquila e com afeto.

Sendo assim, pode-se manter mesmo que indiretamente um ciclo saudável no desenvolvido psicológico da criança, fazendo que haja um conforto preenchendo de certa forma a lacuna que o abandono afetivo dos pais tem causado as crianças que sofrem após a separação.

5 O POSICIONAMENTO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, REFERENTE À QUESTÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO DE MENORES

Existem maneiras de se aplicar a responsabilidade civil, que seja reparada com a devida compensação, o que se discute é direito de menores que foram violados. O Estado não se sente responsável, porque considera o abandono afetivo como uma situação que existe dentro da família e, portanto, deve ser tratada como matéria privada e não pública.

Para quebrar esse tabu, hoje, já existe o Projeto de Lei nº. 700, de 2007 (BRASIL, 2018d, p. 1), aprovado em 2015 pela Comissão dos Direitos Humanos, que propõe a modificação da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 ("Estatuto da Criança e do Adolescente"), também o dever dos pais a "convivência, assistência material e moral" dos filhos menores para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil. A justificação desse projeto expõe que:

A Lei não tem a capacidade de transformar a consciência dos genitores, mas pode precaver e resolver os casos insuportáveis de descuido para com os filhos. Veja a intenção desta proposta, e fundamenta-se na Constituição Federal, que, no seu art. 227, constitui, entre os deveres e objetivos do Estado, juntamente com a sociedade e a família, o de assegurar a crianças e adolescentes - além do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer - o direito à dignidade e ao respeito. (BRASIL, 2018a, p.62).

E o Projeto de Lei nº 470 de 2013 (BRASIL, 2018e, p. 1), visando maior atenção ao tema, casos de negligência e abandono afetivo ficariam de responsabilidade de comunicação das escolas ao Conselho Tutelar, hoje, a lei obriga apenas a comunicação de maus tratos, reiteradas reprovações e baixa frequência.

Determinadas disposições judiciárias começam a perceber que o descuido ou ausência dos genitores são comportamentos inadmissíveis à visão do ordenamento jurídico brasileiro. Por exemplo, o caso que a 2ª Turma Cível do TJDF manteve a

sentença da juíza da 3ª Vara Cível de Brasília, que condenou um pai ao pagamento de danos morais para o filho por abandono afetivo:

a ação tramitou na 3ª Vara Cível de Brasília. Nela, o autor relatou ter sofrido com a ausência do pai, que nunca fez questão de exercer o direito de visita estipulado no juízo de família. Marcava de ir encontrá-lo e não aparecia, telefonava bêbado e na companhia de mulheres estranhas. Transferiu bens de sua propriedade para não lhe deixar herança e sempre tratou os seus dois outros filhos do atual casamento de forma diferenciada. Revelou que, por causa desse abandono, foi acometido de doença pulmonar de fundo emocional e de problemas comportamentais. Pediu na Justiça a condenação do pai no dever de indenizá-lo em R\$ 200 mil pelos danos morais sofridos por ter crescido sem o apoio e o auxílio paterno esperados. Citado, o pai negou o abandono lamentado pelo filho. Afirmou que sempre esteve presente e o ajudou; que as visitas não eram realizadas regularmente porque a mãe dele impunha dificuldades, mas mesmo assim encontrava o filho em locais públicos; e que a instabilidade da ex gerou situação desagradável para ele e sua atual esposa.

A juíza de 1ª Instância julgou procedente em parte o pedido indenizatório e arbitrou os danos morais em R\$ 50 mil. De acordo com a magistrada, nas relações familiares, o dano moral afetivo ganha contornos diferenciados, não se descuidando que sua existência deve ser exceção e somente se configura quando claramente são comprovados os elementos clássicos do dever de indenizar: dano; culpa e nexo de causalidade.

Todavia, segundo ela, “não há danos morais diretamente decorrentes da falta de afeto, como parece pretender a expressão “danos morais por abandono afetivo”. A simples falta de afeto, ou mesmo a falta de amor, não são puníveis pelo ordenamento jurídico, considerando que não há qualquer obrigação jurídica de dar afeto. Na realidade, para que se fale em danos morais, é necessário perquirir sobre a existência de responsabilidade, no caso, subjetiva, que gere o dever de indenizar”. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO [imprensa de notícias institucional]. Brasília; 2016. (BRASIL, 2018f, p.1)

Sendo assim, chega-se à conclusão de ser perfeitamente possível a condenação por abandono moral de filho com amparo em nossa legislação, pois a sentença condenatória foi mantida, à unanimidade, pela 2ª Turma Cível, não cabendo mais recurso no âmbito do TJDF.

O ordenamento jurídico não altera a faculdade de estabelecer julgamentos morais de atos realizados pelos pais, no entanto pode trazer soluções e a prevenção de situações onde se verifica a negligência inadmissível com os filhos. O Estado deve dar garantias a todos os cidadãos no que concernem os direitos elencados na Constituição Federal principalmente no que diz respeito aos direitos fundamentais.

Ninguém está em condições de duvidar que o abandono afetivo por parte dos pais produz sérias e indesejáveis consequências sobre a formação psicológica e social dos filhos.

Amor e afeto não se impõem por lei. A pretensão, tão somente, esclarecer, de uma vez por todas, que os pais têm o dever de acompanhar a formação dos filhos, orientá-los nos momentos mais importantes, prestar-lhes solidariedade e apoio nas situações de sofrimento e, na medida do possível, fazerem-se presentes quando o menor reclama espontaneamente a sua companhia.

6 CONCLUSÃO

As ações judiciais propostas por filhos em face de seus pais exigindo ressarcimento por causa dos danos resultantes do abandono afetivo cresceram admiravelmente no Brasil nestes últimos dez anos. Essa situação chega a permitir uma argumentação mais extensa sobre o tema, na esfera do Direito.

Em jurisprudências, doutrinas e as pesquisas em âmbito acadêmico vêm aprofundando o exame da questão, no intuito de encontrar a melhor solução para a polêmica.

Mediante pesquisa em doutrinas e buscas na internet, baseadas no conceito de abandono afetivo definido como a omissão do genitor em cumprir os encargos afetivos decorrentes do poder familiar, que geram danos emocionais merecedores de reparação.

A essência deste trabalho foi demonstrar que de acordo com os novos princípios constitucionais a omissão do genitor em cumprir encargos afetivos decorrentes do poder familiar, pode vir a gerar danos emocionais que deverão ser reparados pelo pai ou mãe ausentes a título de danos morais, como forma de punir esta atitude repelida pela ordem constitucional e reparar os danos emocionais causados pelo abandono afetivo.

Para que concretize a constatação dos danos causados pelo abandono afetivo, necessitará ser comprovado que a falta de afeto e os atos omissos cometidos pelos pais ou um dos genitores causaram consequências que precisam ser reparadas na criança.

O exame e constatação do dano serão realizados através da ajuda de profissionais da saúde, através de laudos e relatórios que servirão como verdadeiros

instrumentos de auxílio à instrução judicial na tramitação de demandas de tal natureza.

Sendo assim na pesquisa de todos os assuntos pertinentes buscados para atingir o êxito e relevância do tema, foi imprescindível a menção e posição dos doutrinadores brasileiros, bem como às leis pertinentes decisões judiciais e a atual aprovação em 2015 pela Comissão dos Direitos Humanos do projeto Lei 700/07, já remetida à câmara dos deputados a caminho da votação e sendo assim de uma vez efetivada a consagração do presente tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. In: **Vade mecum Saraiva**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 25. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2018a.

_____. Código Civil de 2002. In: **Vade mecum Saraiva**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 25. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2018b.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990: Estatuto da criança e do adolescente. In: **Vade mecum Saraiva**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 25. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2018c.

_____. Projeto de lei do Senado nº 700, de 2007. Ementa: Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 **Estatuto da Criança e do Adolescente** para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/83516>> . Acesso em: 06 abr. 2018d.

_____. Projeto de lei do Senado nº 470, de 2013. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>>. Acesso em: 04 abr. 2018e.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Institucional**. Processo nº: 2013.01.1.136720-0. Pai é condenado a indenizar filho por abandono afetivo. Brasília. DP. 21/06/2016 Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2016/junho/pai-e-condenado-a-indenizar-filho-por-abandono-afetivo>>. Acesso em: 15 abri. 2018f.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito de família**. 4. e-book baseada na 11. ed. Impresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. **Manual de direito civil**. São Paulo : Saraiva, 2017

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Responsabilidade Civil por abandono afetivo. In: MADALENO, Rolf; BARBOSA, Eduardo (Coord.). **Responsabilidade civil no direito de família**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 399 – 410.